

PREÇOS DE BOIS, DE CAVALOS E DE ESCRAVOS EM PORTO ALEGRE E EM SABARÁ NO SÉCULO XIX – MERCADORIAS DE UM MERCADO NACIONAL EM FORMAÇÃO

Luiz Paulo Ferreira Nogueira¹

Resumo:

Este artigo pretende contribuir para a compreensão da economia brasileira no século XIX por meio do estudo dos preços de bois, cavalos e escravos praticados em duas comarcas brasileiras: Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e Sabará, em Minas Gerais. Tal estudo permitiu fazer comparações entre as estruturas produtivas das mencionadas comarcas enfocando a especialização produtiva de cada qual e a inserção que tinham no nascente mercado nacional brasileiro.

Palavras-Chave: Produção Escravista, Mercado Nacional, Economia Brasileira no Século XIX

Introdução

A economia brasileira no século XX caracterizou-se, dentre outras coisas, pela integração inter-regional, entendida como a criação de interdependências que conformam um determinado mercado interno e nacional, um e outro tomados normalmente como sinônimos.

Neste artigo buscamos, a partir de dados coletados para dissertação de mestrado e tese de doutorado, apontar para as raízes da formação do mercado nacional brasileiro no século XIX. Escolhemos, para tanto, as comarcas de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, em Minas Gerais, e a de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

A escolha destas comarcas, distantes uma da outra em mais de 1500 Km, serviu ao seguinte: considerando que a integração tenderia a ser minimizada com o aumento da distância entre economias regionalmente autônomas, o uso de dados de regiões relativamente próximas poderia induzir ao equívoco de se tomar a integração das

¹ Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Gostaria de agradecer à Capes e à FAPESP pelas bolsas, respectivamente, de mestrado e de doutorado. Este artigo se beneficiou da dissertação de mestrado defendida pelo autor em 1997 no CEDEPLAR – FACE - UFMG e da tese de doutorado defendida em 2003 no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Quero agradecer aos professores doutores João Antônio de Paula, Luiz Felipe de Alencastro e José Jóbson de Andrade Arruda, meus orientadores nos programas de pós-graduação em Belo Horizonte e em Campinas, pela paciência e boa vontade que tiveram comigo.

mesmas como índice de integração nacional. Por isto, escolhemos estudar dois pontos relativamente distantes um do outro no território nacional ao longo do século XIX e verificar se, no período em foco, houve alguma tendência para o aumento da integração entre mercados.

Para obter os dados que apresentamos neste artigo, lemos 975 inventários *post-mortem*, sendo 338 de Porto Alegre e 637 de Sabará. Este tipo de documentação é fonte privilegiada para o estudo do comportamento de preços no século XIX brasileiro porque não havendo, então, institutos de pesquisa que os coletassem, quem o fazia eram os funcionários públicos e as pessoas envolvidas na confecção das mencionadas peças jurídicas. Faziam-no porque, conforme a lei e os costumes de então, era indispensável que quase todos os bens dos inventariados fossem avaliados e descritos para, uma vez somados, serem partilhados entre os herdeiros.

O número de pessoas envolvido na confecção de cada inventário (herdeiros, credores, devedores, leiloeiros, meirinhos, juízes, delegados de polícia, escrivãos, etc.) dificulta que, por motivo de fraude, o historiador venha a ser ludibriado na pesquisa que realiza em razão da diversidade de interesses entre personagens e da dificuldade de se formarem conluíus em um número nada desprezível de pessoas. Por tais motivos, entendemos que as fontes empregadas para este artigo são representativas dos preços praticados em Porto Alegre e Sabará e, portanto, metodologicamente válidas para o uso que delas foi feito.

Este artigo se divide em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira procuramos apresentar as variações dos preços de três mercadorias dentre aquelas listadas nos inventários: bois, cavalos e escravos, indicando não apenas as diferenças entre os preços praticados em Porto Alegre e em Sabará, mas também a ocorrência de uma certa inflação característica da economia brasileira no século XIX. Na segunda parte, procuramos apontar para a especificidade da formação do mercado nacional brasileiro no século XIX comparando-o com a formação de mercados nacionais de alguns países europeus a partir de uma determinada bibliografia que enfatiza a construção simultânea de tais mercados e dos estados nacionais que os definem. Na terceira parte, por fim, apresentamos algumas características da produção escravista de Sabará e de Porto Alegre enfatizando a “especialização regional” de uma comarca em relação à outra, ambas contribuindo para a produção e circulação de mercadorias no Brasil.

1. Preços de Escravos, de bois e de cavalos em Porto Alegre e em Sabará no século XIX.

Ao longo do século XVIII, informam-nos Celso Furtado e Caio Prado Júnior, verificou-se o seguinte fenômeno: formaram-se, em Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, núcleos de demanda de rendimentos elevados em razão das descobertas auríferas. Os colonos deixaram de se “agarrar nas pedras do litoral, como caranguejos” e foram para o interior, onde procuravam ouro e, ao mesmo tempo, desenvolviam atividades paralelas destinadas a viabilizar as atividades dos mineradores, como a pecuária e a agricultura.

Distante das minas e em razão da dotação natural dos fatores de produção, no atual território do Rio Grande do Sul, onde anos antes haviam sido introduzidas espécies de gado novas na fauna americana, alguns ventos do furacão minerador chegaram: as manadas de bois, cavalos e burros que se tornaram selvagens passaram a ser capturadas para servir às demandas de bestas do Sudeste e do Centro-Oeste do Brasil. Com isto, uma mais estável ocupação colonial se processou e a região passou a contar com elementos econômicos para a permanência portuguesa além dos interesses militares já então existentes.

De igual maneira, o caminho que passava por Parati foi abandonado e o Rio de Janeiro se transformou em porto de Minas, local por onde entravam os imigrantes portugueses e as mercadorias que a Europa enviava para o interior do Brasil, assim como por onde chegavam os africanos após atravessar o Atlântico. Pelo interior, o rio São Francisco não foi apenas local por onde chegaram a Minas imigrantes, mas também local para criação de gado que concorria com o de origem gaúcha. Por fim, embora provavelmente mais tênue, laços entre Cuiabá e Belém foram estabelecidos pelos rios que do Pantanal vão para a Bacia Amazônica.

A mineração, pois, criou, pela primeira vez, uma certa integração econômica da América Portuguesa, a qual tendeu a se enfraquecer quando os núcleos mineratórios entraram em decadência a partir da década de 50 do século XVIII. As regiões do futuro território brasileiro tendiam, assim, a se tornar autônomas e independentes umas das outras, o que se refletiu nos episódios que envolveram nosso processo de Independência, sendo exemplares as ações militares que submeteram Pernambuco e o Pará antes do período regencial.

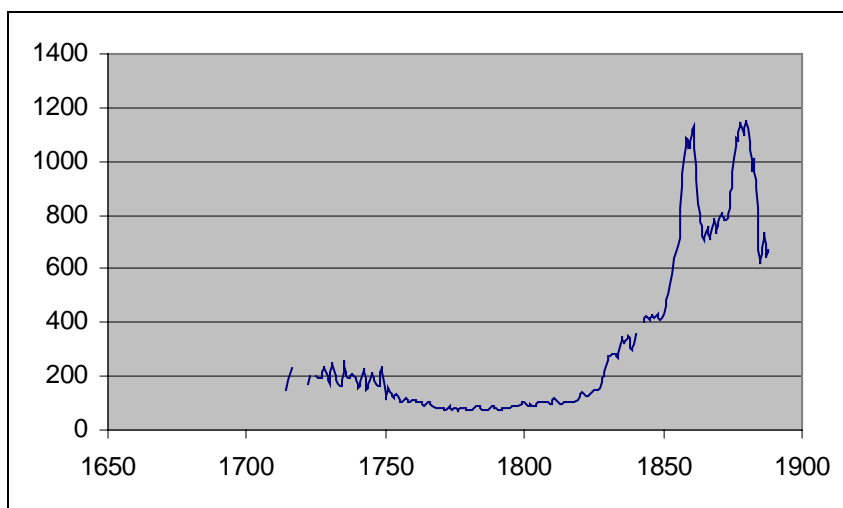
Por muito tempo, o momento em que ocorreu a Independência foi caracterizado como de intensos problemas econômicos: o ouro estertorava e o café estava em sua

primeira infância. Para uma historiografia que associou a bonança com o crescimento das receitas de exportação de algum produto rei e a decadência com seu inverso, o período de 1750 a 1820 não poderia ser interpretado de maneira diversa.

Ocorre que interpretações como esta foram questionadas já na década de 70 por trabalhos como os desenvolvidos por Fernando Novais e por José Jobson de Andrade Arruda, os quais interpretaram os últimos 50 anos de dominação portuguesa noutros termos: o primeiro apontou para um certo abrandamento das restrições metropolitanas no âmbito do pacto colonial como forma de estimular os colonos a procurarem sucedâneo para o ouro, do que o café é apenas um exemplo. O segundo, por seu turno, indicou, por meio dos dados da balança comercial portuguesa entre a década de 1780 e 1807, a diversificação das exportações brasileiras para Portugal e seu aumento em volumes e valores, deslocando a recuperação econômica pós-mineração para o final do século XVIII.

Como elemento a corroborar este tipo de interpretação, apresentamos abaixo a variação dos preços de escravos homens ao longo dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais.

Gráfico 1 – Médias de Preços de Escravos Homens entre 1707 e 1888 em Minas Gerais, em mil-réis



Fonte de Dados Brutos: L. W. Bergad – *op. cit.*, 1999 - páginas 262 a 265.

Consideramos que os preços dos escravos refletem, dentre outras coisas, a produtividade deles esperada. As variações dos preços acima apresentados apontam para os diferentes momentos pelos quais passou a economia de Minas nos séculos XVIII e XIX: localizamos o período de decadência da economia de mineração entre

1750 e 1829, quando os preços dos cativos estiveram abaixo dos patamares alcançados na primeira metade do século XVIII, refletindo um menor aproveitamento econômico dos mesmos. Dividindo a decadência em três fases: início, estabilização e recuperação, podemos dizer que a década de 50 corresponde ao primeiro. De 1760 ao final do Dezoito, temos a segunda fase. Por fim, de 1795 em diante temos a terceira.

No início do século XVIII, os preços dos cativos são relativamente elevados, conforme as afirmações de Antonil², e situam-se em torno dos 200\$000 réis. Em meados do século, com a decadência da economia de mineração, os preços caem e se estabilizam em torno de 80\$000 réis, mantendo-se neste patamar até 1795. Verifica-se, então, uma tendência de ascensão que em 1829 atinge, novamente, os 200\$000 réis, ultrapassando-os de maneira veemente e se estabilizando, após o término do tráfico transatlântico de escravos, em torno de 1:000\$000 de réis, como ilustrado pelo gráfico 1.

As variações dos preços dos escravos, tal como ilustrado acima, servem para que nos aproximemos das variações do produto desta economia brasileira em formação. Uma vez suposto que os preços dos cativos refletem a produtividade deles esperada e que tal produtividade depende das receitas das vendas das mercadorias que eles produzem, podemos afirmar que a uma piora das expectativas dos escravistas e da sociedade brasileira a respeito das possibilidades de geração de riquezas corresponde uma desvalorização dos trabalhadores escravos, dando-se o inverso quando as expectativas são mais sorridentes, para os proprietários de escravos.

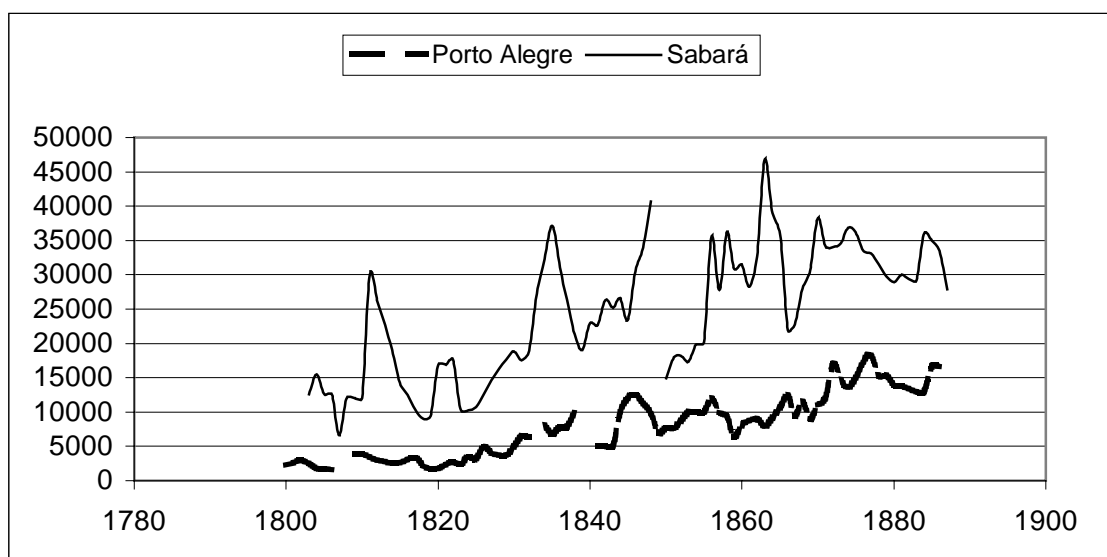
Em que medida Sabará e Porto Alegre eram afetadas por tais variações, as quais, diga-se de passagem, não tinham tais comarcas como núcleos principais no século XIX? Para respondê-lo, analisaremos os preços dos escravos sabarenses e porto-alegrenses, assim como os preços de bois e de cavalos, o que permitirá verificar a existência, ou não, de uma certa integração mercantil entre os mercados de cada mercadoria isoladamente, assim como no conjunto.

Entendemos que as três mercadorias são representativas das possibilidades de integração por serem usadas em ambas as regiões, assim como passíveis de se reproduzirem em cada uma delas. Obviamente não poderíamos fazer o mesmo com

² “E estes preços, tão altos e tão correntes nas minas, foram causa de subirem tanto os preços de todas as cousas, como se experimenta nos portos das cidades e vilas do Brasil, e de ficarem desfornechos muitos engenhos de açúcar das **peças** necessárias e de padecerem os moradores grande carestia de mantimentos, por se levarem quase todos aonde vendidos hão de dar maior lucro.” Antonil – *Cultura e Opulência do Brasil*, São Paulo, 1966 - página 269.

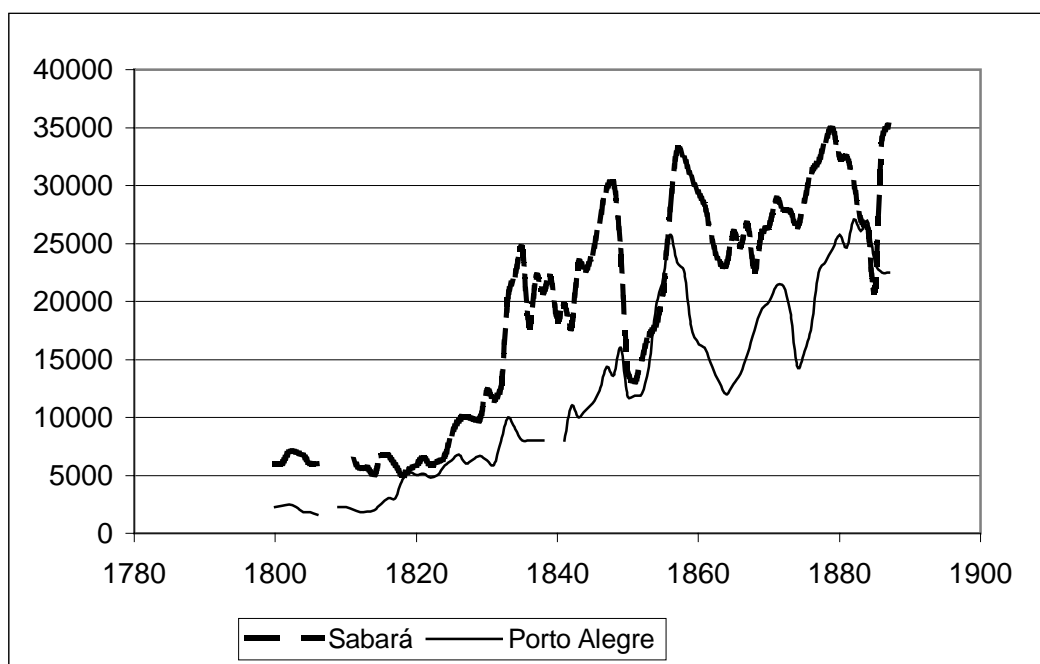
mercadorias produzidas localmente e destinadas ao consumo local, como eram as hortaliças e as frutas. Da mesma maneira, ainda que nos inventários haja abundância de outras mercadorias, a homogeneidade delas é menor e os resultados ficariam, a nosso juízo, comprometidos.

Gráfico 2 - Médias Móveis Trienais dos Preços, em réis, dos Cavalos de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887.



Fonte dos Dados Brutos: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e no Museu do Ouro.

Gráfico 3 - Médias Móveis Trienais dos Preços dos Bois de Porto Alegre e de Sabará entre 1800 e 1887.



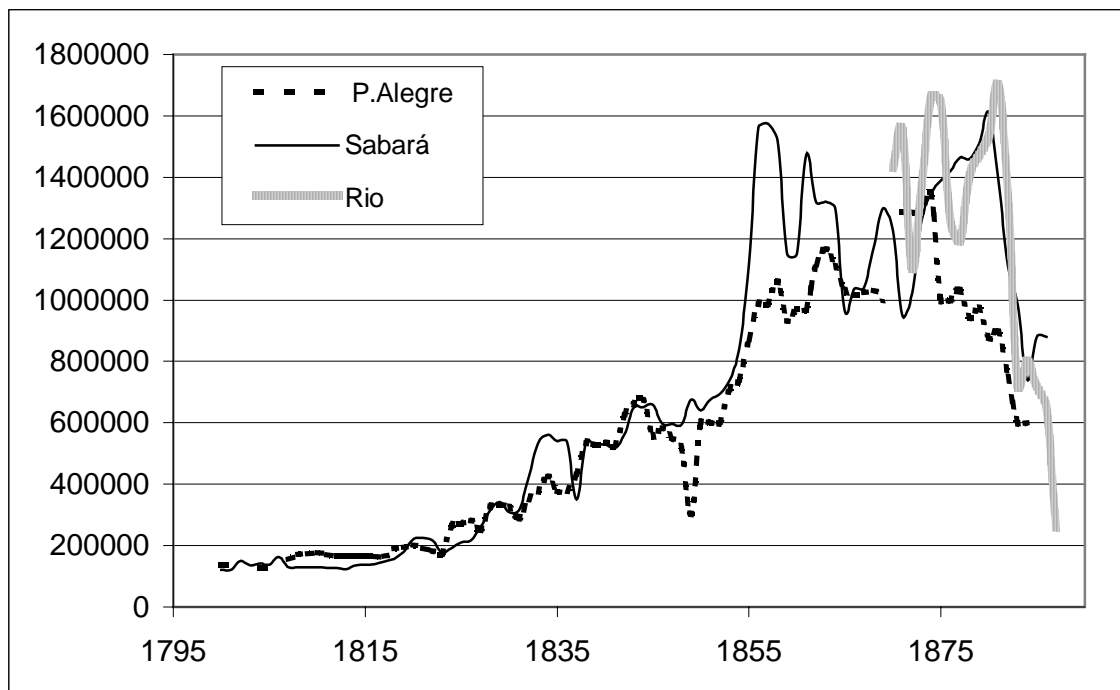
Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e Porto Alegre, entre 1800 e 1887.

Por meio dos gráficos 2 e 3 verificamos que havia uma certa diferença entre os preços dos bois e dos cavalos de Sabará em relação aos de Porto Alegre, a qual tendeu a ser mantida embora, em ambos os casos, reduzida com o passar dos anos. A comarca em que estava a capital do Rio Grande do Sul praticava preços menores do que aqueles praticados no interior de Minas, indicando a possibilidade de realização de comércio entre as praças a depender dos custos de transporte de bois e de cavalos.

Consideramos pouco provável que tal comércio existisse pois, mais perto, as manadas de Goiás e de outras regiões de Minas poderiam compensar os preços gaúchos. De toda maneira, é sabido que as feiras de Sorocaba continuaram funcionando no século XIX tal como no século XVIII, com a diferença de que o sentido das boiadas foi modificado. Na época de ouro, a cidade do interior paulista servia como centro de distribuição de gado sul-rio-grandense para Goiás e Minas Gerais. Depois da decadência do ouro, Goiás, Mato Grosso e Minas passaram a concorrer para o fornecimento de gado para as regiões cafeeiras de São Paulo e do Rio de Janeiro, assim como para a Corte, sendo Sorocaba possivelmente um dos lugares em que os preços dos gados de diferentes procedências eram confrontados uns com os outros e, desta maneira, “regulados”.

Ambos os gráficos apontam, ainda, para a ocorrência de uma certa inflação, do que nos ocuparemos adiante. Cabe analisar agora como se comportaram os preços dos escravos no mesmo período:

Gráfico 4: Médias Móveis Trienais, em réis, para Preços de Escravos Sadios Contando de 20 a 29 anos de Idade em Porto Alegre, Rio de Janeiro³ e Sabará ao longo do século XIX



Fontes: Nogueiról 2002, páginas 559 a 562.

Enquanto para os bois e para os cavalos de Sabará e de Porto Alegre há uma diferença de preços que se mantém ao longo de todo o século XIX, para os escravos tal diferença começa a existir apenas a partir do fim do tráfico de escravos, em 1850. O Rio Grande do Sul, no século XIX, foi exportador não apenas de bestas e de charque, mas também de escravos. A mudança do fluxo de gente em sentido contrário àquele a que estavam acostumados os gaúchos gerou debates na Assembléia Provincial. Em 1852 foi discutido e rejeitado um projeto que taxava a exportação de escravos sul-rio-grandenses e eliminava o imposto de importação instituído em 1842, quando o fluxo de cativos para a província meridional foi considerado excessivo pelos deputados da província reunidos em Porto Alegre⁴.

2. Mercados Nacionais, Mercados Internos e Formação de Nações – o caso brasileiro em comparação com os de alguns países europeus.

³ Para o Rio de Janeiro fizemos uso dos dados apresentados por Mello, P.C.:1978.

⁴ Cf. Piccolo, H.I.L. (1998 - páginas 512 a 519).

No século XVIII havia um mercado interno à América Portuguesa e, porque não dizer, interno ao império português no qual o Brasil participava como grande importador de escravos da África e exportador, para este continente, de fumo, cauri, cachaça, farinhas, etc. O açúcar e o ouro, dentre outras mercadorias, eram exportados para a Europa, via Portugal. De fato, desde o século XVII, quando do episódio dos holandeses em Pernambuco, havia ficado claro que não havia Portugal sem Brasil e não havia Brasil sem Angola, o que levou a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais a tomar Luanda e Benguela para que a conquista pernambucana não fosse inútil.

As zonas produtoras de açúcar eram organicamente vinculadas à África. O controle do tráfico de escravos era indispensável para que os engenhos funcionassem, o que logo foi compreendido pelos representantes, no Brasil, da empresa que tinha suas ações negociadas na Bolsa de Valores de Amsterdã.

Em 1822, os laços econômicos que uniam o Brasil às colônias portuguesas na África eram tão fortes que a Inglaterra fez incluir, no tratado que reconheceu nossa Independência, uma cláusula especificando que o território da nação que se formava teria litoral em apenas uma, e não nas duas margens do Atlântico. Para inviabilizar que a união econômica fosse também política, proibiu-se o tráfico de escravos, o que eliminaria diretamente a primeira e indiretamente o desejo da segunda⁵.

Trata-se de um anacronismo, portanto, considerar que o Brasil existe desde 1500. A rigor, na colonização não estava implícita a formação de um Estado-Nação e quando este foi formado, havia mais laços unindo o Rio de Janeiro a Luanda do que a Corte a Belém, por exemplo. Além disto, vários foram os momentos em que a integridade territorial esteve ameaçada por movimentos separatistas internos que foram às vias de fato contra o Império por diferentes razões.

O mercado nacional brasileiro só se forma quando é formado o Estado-Nação, são definidas suas fronteiras e se criam barreiras alfandegárias à entrada de produtos estrangeiros com um duplo propósito: arrecadar impostos para o tesouro imperial e criar uma certa proteção para os produtores nacionais. O que existe antes da Independência é apenas um mercado interno submetido a um governo metropolitano

⁵ “(...)En conséquence de la bipolarité de l'économie des plantations, des mouvements visant à intégrer les zones de traite à l'Empire du Brésil éclatent en Guinée, en Angola et en Mozambique.(...) En 1829, Strangford, le plénipotentiaire britannique au Brésil, entreprend une double démarche. Il avertit le gouvernement brésilien que toute intervention dans les possessions portugaises en Afrique serait entravée par la Navy et communique ensuite à Lisbonne la teneur de l'ultimatum adressé à Rio de Janeiro.” Cf. Luiz Felipe de Alencastro, Paris, 1985 - páginas. 470 e 471. (mimeo).

que, dentre outras coisas, arrecada impostos e, pelo monopólio da violência, procura viabilizar a acumulação do capital mercantil português.

Diferentemente dos casos europeus, analisados por Heckscher, Sereni e Elias, a formação do Brasil não requereu a conquista de territórios estrangeiros e a imposição a este de uma união tarifária, como no caso da França; da mesma maneira, o Estado-Nação não foi criado a partir de Estados-Nações pré-existentes, os quais tinham tarifas externas próprias, assim como sistemas de medidas e pesos, além de moeda, como nos casos italiano e alemão; por fim, sendo criado no início do século XIX, em meio à ascensão do liberalismo como ideologia predominante e parcialmente patrocinado pela potência que lutaria pelo livre-cambismo, não pôde contar com políticas mercantilistas aplicadas ao exterior, como os Estados formados sob o Antigo Regime, a exemplo de Portugal.

Para a formação do Estado-Nação, o Brasil contou com a pré-existência de uma Corte que, por razões alheias à própria vontade, aqui estava; com unidades lingüística, de pesos e medidas e monetária que as nações européias desconheciam em seus primórdios e com uma certa circulação interna de mercadorias que mal ou bem tendia a reforçar a unidade política que se criava.

A formação do Brasil, portanto, requer o entendimento de suas especificidades: é formado fazendo largo uso do trabalho escravo, o qual tem por objetivo a produção de mercadorias. Dentre estas, as mais importantes, do ponto de vista econômico, são aquelas destinadas ao consumo no exterior, sendo relativamente dependente deste o funcionamento do mercado interno. As classes dominantes locais não são nem a burguesia industrial nem a aristocracia proprietária de terras, descendente da nobreza feudal. São proprietários de terras e de gente, os quais articulam-se com comerciantes de diferentes fortunas, representantes do capital mercantil nacional que se formou tanto em torno do tráfico de escravos quanto pelo comércio das mercadorias de maior valor na pauta de exportações do país, assim como mercadores dedicados ao mercado interno.

Para deter o monopólio legítimo da violência e da tributação, o Estado não teve que lutar contra rivais. Herdeiro de uma formação social que favorecia, mas não garantia, a união territorial, ao longo do século XIX, enquanto avança a formação do Estado Nacional, há uma certa integração econômica que resulta, a um só tempo, na concentração da escravidão em termos pessoais e regionais: se no início do século a instituição servil encontra-se relativamente bem espalhada com predomínio dos pequenos proprietários de cativos, no final verifica-se a tendência de predomínio dos

maiores proprietários; por outro lado, o encarecimento dos cativos, como visto no gráfico 4, resultou na concentração dos escravos nos cafezais e nas atividades do complexo cafeeiro, ainda que eles não tenham desaparecido completamente das regiões ofertantes do tráfico interno.

No século XIX temos, simultaneamente, a formação do Estado Nação e do Mercado Nacional, sendo a Guerra dos Farrapos um episódio que revela a ambos: os rebeldes queriam, dentre outras coisas, a taxação do charque estrangeiro, cujos produtores se recuperaram quando uma certa paz reinou no Prata. O mercado nacional serve precisamente a este fim: possibilitar aos produtores nacionais obter taxas maiores de acumulação de capitais por meio da limitação da concorrência estrangeira, o que é posto em prática por um Estado Nacional que usa a soberania que o caracteriza para tal fim.

3. Uso de Escravos para a Produção de Mercadorias para o Mercado Interno: os casos de Porto Alegre e de Sabará

No século XIX, o uso de escravos para a produção de mercadorias é algo indiscutível no Brasil para quase todas as regiões que compunham o país. A exceção parece ser, grosso modo, o Norte, especialmente Rio Negro (Amazonas), onde em vez dos africanos e descendentes destes, fazia-se uso mais intensivo de indígenas sob coação.

Normalmente, pela relevância dos mercados externos para nossa economia, menos atenção se deu à produção voltada para o mercado nacional, ainda que trabalhos de vulto tenham sido editados nos últimos 25 anos, como os de Maria Yedda Leite Linhares e João Luís Fragoso, os quais alcançam justificada reputação por enfocarem as possibilidades de acumulação presentes nas transações realizadas internamente ao Brasil, em que a Praça do Rio de Janeiro teria papel fundamental pela intermediação que fazia entre as diferentes regiões do Brasil das diferentes mercadorias que produziam, além de ser um importante centro financeiro e o maior porto escravista do Atlântico Sul.

Em Minas, os trabalhos de Roberto Borges Martins apontaram para uma certa incongruência entre os modelos explicativos tradicionais e os dados populacionais locais: o que fazia a população cativa mineira, a maior do Brasil no século XIX, se não era notoriamente voltada para a produção de produtos-rei, como o açúcar e o café? A resposta apresentada por Martins: era empregada na produção para o mercado interno

mineiro, supostamente muito dinâmico, o que foi posto em dúvida por Robert Slenes, para quem Martins teria subestimado as exportações mineiras de diamantes e ouro, assim como de alimentos para o complexo cafeeiro do Vale do Paraíba.

No Rio Grande do Sul, formou-se o consenso de que os escravos eram intensivamente usados nas charqueadas, as quais eram unidades produtivas relativamente complexas para a época e voltadas para o atendimento de demandas externas à província, o que compunha o setor que mais se aproximava dos moldes das plantations existentes no Nordeste e no Sudeste, ainda que funcionassem em território semi-urbano. Fora deste setor, argumenta-se, os escravos teriam papel secundário, quando tinham algum, uma vez suposta a incompatibilidade entre as lides campeiras e o trabalho escravo⁶.

Os dados que coletamos em Sabará e Porto Alegre apontam para algumas coincidências entre as unidades produtivas das duas comarcas, assim como para certas diferenças, as quais conferiam ao escravismo brasileiro uma certa diversidade dentro da unidade que o caracterizava: em nenhuma das comarcas se apresentaram plantations, isto é, vastas propriedades em que trabalhava grande número de escravos que produziam mercadorias cujos mercados eram exteriores. Em ambas, verificam-se vastas propriedades e um número reduzido de cativos que produziam mercadorias para o mercado nacional.

As tabelas 1 e 2, abaixo, apontam para a estrutura da posse de escravos em cada comarca ao longo do século XIX:

⁶ Popularmente, tem-se a crença de que a escravidão gaúcha foi insignificante, o que pode ser assegurado pelo autor deste artigo em razão da experiência que acumula em 4 anos de aulas na UFRGS.

Tabela 1: Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, segundo a estrutura da propriedade de escravos.

Períodos	Total de inventários	Sem escravos	%	1 a 5 escravos	%	6 a 10 escravos	%	11 ou mais	%
1800-10	27	6	22,22	11	40,74	6	22,22	4	14,81
1811-20	33	7	21,21	20	60,61	4	12,12	2	6,06
1821-30	30	4	13,33	17	56,67	6	20,00	3	10,00
1831-40	34	6	17,65	20	58,82	3	8,82	5	14,71
1841-50	45	15	33,33	14	31,11	10	22,22	6	13,33
1851-60	52	9	17,31	30	57,69	7	13,46	6	11,54
1861-70	40	8	20,00	15	37,50	9	22,50	8	20,00
1871-80	46	25	54,35	14	30,43	7	15,22	3	6,52
1881-84	31	26	83,87	6	19,35	3	9,68	0	0,00
Total	338	106		147		55		37	
Média	37,56	11,78	31,47	16,33	43,66	6,11	16,25	4,11	10,77

Fonte: Inventários de Porto Alegre, entre 1800 e 1884, guardados pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 2 - Inventários de Sabará, entre 1800 e 1887, segundo as dimensões da propriedade de escravos

Período	Total de inventários	Sem escravos	%	1 a 5 escravos	%	6 a 10 escravos	%	11 ou mais escravos	%
1800-10	41	8	19,51	19	46,34	9	21,95	5	12,20
1811-20	42	8	19,05	15	35,71	8	19,05	11	26,19
1821-30	69	8	11,59	35	50,72	12	17,39	14	20,29
1831-40	66	10	15,15	33	50,00	16	24,24	7	10,61
1841-50	100	21	21,00	50	50,00	16	16,00	13	13,00
1851-60	73	24	32,88	32	43,84	8	10,96	9	12,33
1861-70	79	22	27,85	36	45,57	5	6,33	16	20,25
1871-80	107	33	30,84	52	48,60	9	8,41	13	12,15
1881-	60	33	55,00	16	26,67	5	8,33	6	10,00
Totais	637	167		288		88		94	
Médias	70,78	18,56	25,87	32,00	44,16	9,78	14,74	10,44	15,22

Fonte: Inventários de Sabará guardados no Museu do Ouro, em Sabará

Podemos verificar pelas tabelas acima que entre porto-alegrenses e sabarenses predominou, ao longo do século XIX, os proprietários de 1 a 5 cativos. Como dissemos anteriormente, a escravidão era relativamente “popular” entre os brasileiros, mesmo onde não havia plantations, o que explica a persistência da mesma entre nós, assim como o profundo compromisso do Estado Nação com a manutenção do tráfico, chegando mesmo a desafiar o mais forte império do século XIX não cumprindo os tratados que assinara a respeito do assunto.

Ao longo do período em análise, pode-se verificar que cresce, de maneira diferenciada entre as duas comarcas, a participação dos “sem escravos” entre os inventariados, revelando, a nosso juízo, dois fenômenos simultaneamente: a perda de

popularidade da escravidão, o que atribuímos à elevação de preços dos cativos que mencionamos antes, e as crescentes possibilidades de geração de riquezas sem o uso de escravos: no século XIX, a economia brasileira, mesmo em comarcas não diretamente exportadoras, passou por um longo processo de crescimento econômico, o qual deve ter aberto possibilidades novas e atraentes de enriquecimento, as quais foram aproveitadas pelos que não tinham recursos para ter cativos. É necessário lembrar que a documentação empregada para a confecção deste artigo privilegia os de maior riqueza acumulada. A maior presença dos “sem-escravos” entre aqueles que tinham os inventários confeccionados aponta para mudanças que levaram a uma nova distribuição da riqueza.

Os números médios de escravos por inventariado, em cada comarca, por década são apresentados na tabela 3:

Tabela 3: Número Médio de Escravos por Inventário em Porto Alegre e Sabará Segundo Diferentes Períodos do Século XIX

Períodos	Porto Alegre	Sabará
1800-10	6,111111	4,756098
1811-20	3,545455	8,261905
1821-30	7,166667	7,681159
1831-40	6,147059	10,24242
1841-50	4,711111	6,23
1851-60	4,596154	4,986301
1861-70	6,2	4,992476
1871-80	6,163265	3,889236
1881-	0,857143	3,45

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Inventários de Porto Alegre, guardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, e de Sabará, guardados no Museu do Ouro.

Verificamos, pela tabela acima, que não havia diferenças significativas no que respeita à propriedade escrava em uma e na outra comarca: predominavam os pequenos proprietários e a propriedade média era inferior a dez cativos. Analisando, porém, o que era a “especialização produtiva” de Porto Alegre em relação a Sabará, notamos diferenças significativas.

Como apontado pelos preços dos bois e dos cavalos, havia uma maior produtividade da propriedade pecuária porto-alegrense em relação à sabarense, o que conduzia a fortes diferenças nas quantidades de cabeças de gado de Porto Alegre em relação a Sabará por escravo. Além disto, havia uma certa correlação entre o tamanho da propriedade escrava e o número de cabeças de gado em cada comarca, como revelado pelos gráficos 5 e 6:

Gráfico 5 - Número Médio de Cabeças de Gado dos Rebanhos Equino e Bovino em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1850, em função de diferentes dimensões das propriedades escravas.

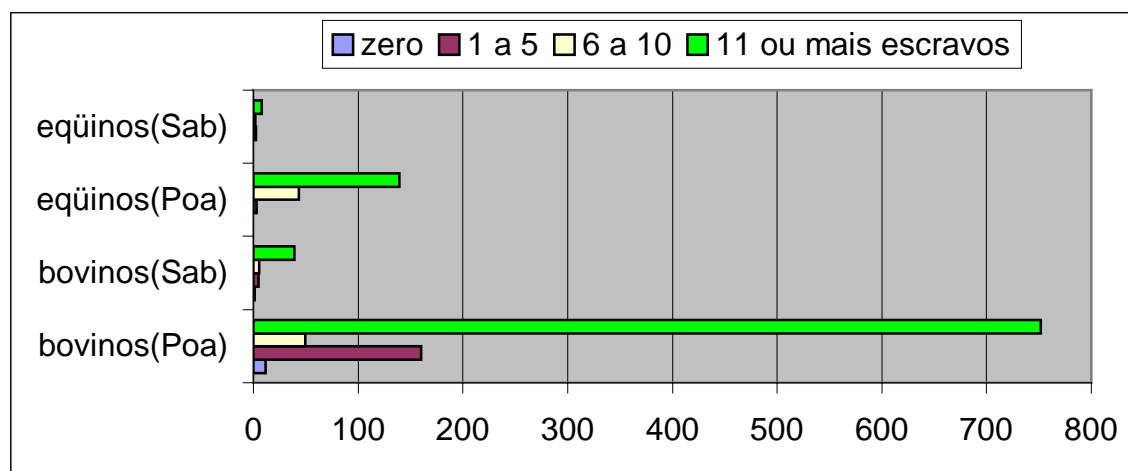
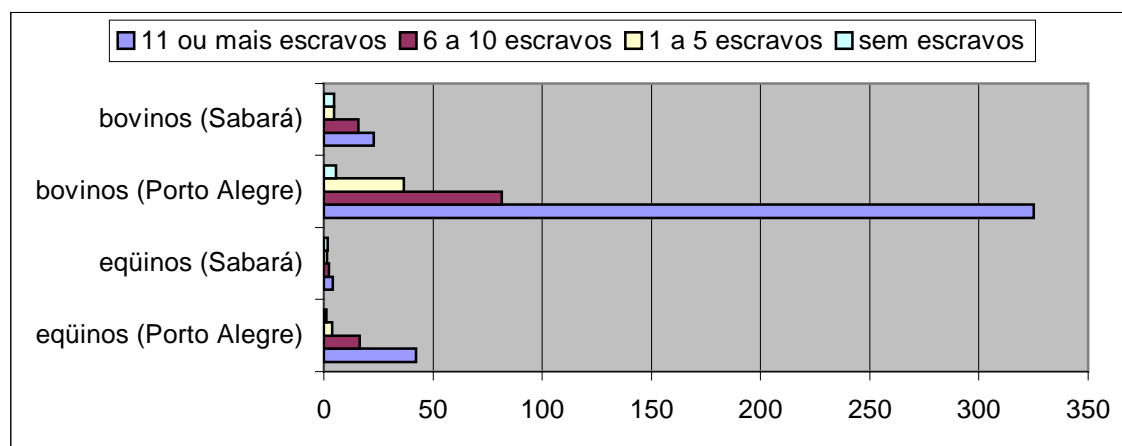


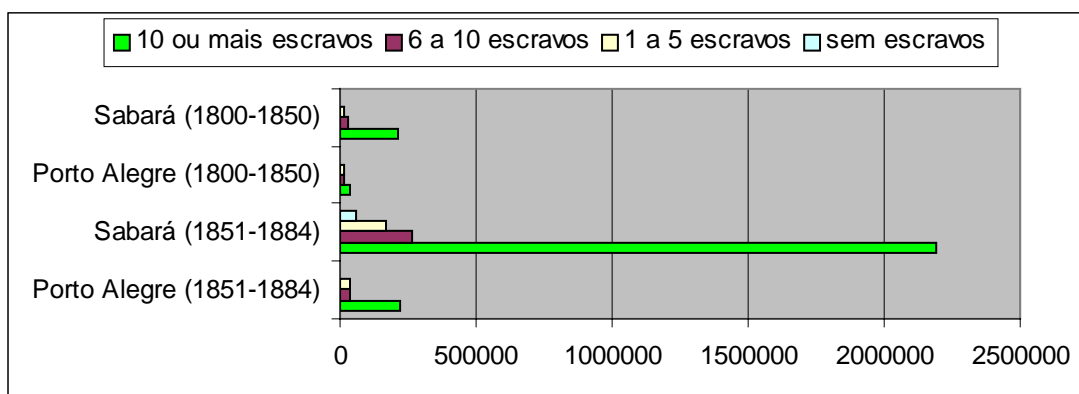
Gráfico 6 - Número Médio de Cabeças de Gado Bovino e Equino em Porto Alegre, entre 1851 e 1884, e em Sabará, entre 1851 e 1887, em Função das Diferentes Dimensões das Propriedades Escravas.



Pode-se dizer, grosso modo, que o número de escravos importava, em Porto Alegre, para a determinação do número de animais presente nas propriedades dos inventariados, em especial para os gados bovino e eqüino. De modo inverso, em Sabará, mas não em Porto Alegre, o número de escravos relacionava-se com o número de cabeças de porcos, o que não está apresentado no gráfico acima em razão das diferenças de escala que não permitiriam a visualização das diferenças.

Analisando, por outro lado, a produção agrícola, veremos que em Sabará, mas não em Porto Alegre, o valor da mesma depende das dimensões da propriedade escrava dos inventariados⁷, o que se reflete no gráfico 7:

Gráfico 7 - Valores Médios, em réis, da Produção Agrícola Sabarense e Porto Alegrense em Função das Dimensões das Propriedades Escravas, entre 1800 e 1850 e entre 1851 e 1887.



Os bens agrícolas acima indicados são: arroz, feijão, milho, mandioca, açúcar, café, cachaça, laranja (em Porto Alegre), mamona (em Sabará), algodão, etc, todos eles destinados ao consumo interno, assim como os bois e os cavalos antes mencionados.

Conclusões

Nas duas comarcas analisadas, mediadas por 1500Km de distância, temos o uso de escravos para a produção de alimentos e animais a serem consumidos no interior do Brasil e comercializados em seu mercado nacional. Temos um movimento inflacionário revelado pelos preços dos cativos, dos bois e dos cavalos, assim como um processo de concentração da propriedade escrava tanto em termos pessoais quanto regionais, ao mesmo tempo em que são abertas oportunidades de geração de riquezas sem o emprego de cativos. Esta série de semelhanças responde por um processo de construção do espaço econômico nacional onde a geração da renda, tal como no período colonial, depende principalmente de mercadorias exportáveis, sendo o café o produto-rei do século XIX brasileiro.

A cafeicultura, na medida em que se expandiu, encontrou uma barreira de difícil transposição: a supressão repentina do tráfico transatlântico de escravos, o que foi

⁷ Optamos por apresentar os valores da produção agrícola, e não as quantidades de cada produto em particular, por um problema metodológico havido no decorrer da pesquisa que empreendemos: alteramos a metodologia de coleta de dados e, em função de tal alteração, houve perda de informações.

parcialmente remediado pelo tráfico interno, o qual criou regiões exportadoras (como o Sul e o Nordeste) e importadoras de escravos (como o Sudeste). Em tais regiões, apesar da diminuição da presença de cativos, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos, não houve regressão econômica. Pelo contrário, elas continuaram participando do crescimento econômico iniciado no final do século XVIII e, no caso das relações entre o Sul e o Sudeste, ocorreu o reforço de uma certa especialização produtiva e integração econômica cujas raízes estão no Setecentos.

O uso dos escravos, por fim, é condicionado, dentre outras variáveis, pelo produto que a atividade em que eram empregados podia gerar. O aumento dos preços dos cativos, revelando o aumento da produtividade dos mesmos, leva a dois fenômenos: a pressionar positivamente os preços de todas as mercadorias produzidas no Brasil e a induzir a uma maior seletividade no uso da mão-de-obra escrava. Desta maneira, defendemos a hipótese de que o longo movimento inflacionário vivido pela economia brasileira no século XIX foi reflexo da variação dos preços dos escravos, a qual dependeu da construção de um estado Nacional que procurou preservar as instituições da sociedade que o precedeu ao mesmo tempo em que se inseria na periferia do mundo capitalista. Em Sabará e em Porto Alegre há reflexos de tais movimentos, o que este artigo procurou demonstrar.

Apêndice

Tabela 1.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Bois em réis em Porto Alegre e Sabará entre 1800 e 1887

Ano	Sabará	Porto Alegre	Ano	Sabará	Porto Alegre	Ano	Sabará	Porto Alegre
1800	6000	2257,391	1830	12259,31	6296,569	1860	29413,29	16400
1801	6000	2378,696	1831	11515,72	5916,667	1861	28099,64	15915,03
1802	7000	2500	1832	12617,95	7958,333	1862	25197,88	14371,17
1803	7000	2250	1833	20460,37	10000	1863	23391,61	13037,84
1804	6666,667	1800	1834	22287,3	9000	1864	23171,68	11971,29
1805	6000	1800	1835	24462,12	8000	1865	25901,72	12848,48
1806	6000	1600	1836	17823,15	8000	1866	24746,87	13745,04
1807			1837	22073,15	8000	1867	26617,34	15489,14
1808			1838	20770,11	8000	1868	22609,45	17489,14
1809		2240	1839	22066,67		1869	25838,27	19259,26
1810		2240	1840	18400		1870	26496,85	20000
1811	6273,171	2020	1841	19652,53	8000	1871	28797,8	21307,69
1812	5636,585	1800	1842	17776,33	11000	1872	27970,33	21307,69
1813	5636,585	1900	1843	23331,89	10000	1873	27752,1	19038,46
1814	5000	2000	1844	22683,53	10592,59	1874	26399,03	14362,75
1815	6663,636	2520	1845	24148,61	11203,7	1875	28668,45	15696,08
1816	6663,636	3040	1846	26926,39	12314,81	1876	31165,94	17918,3
1817	5855,628	3040	1847	29796,97	14388,89	1877	32051,34	22491,45
1818	5047,619	4666,667	1848	30200,24	13666,67	1878	33850,7	23410,99
1819	5475,81	5270,833	1849	24366,9	16000	1879	34904,8	24533,16
1820	5904	5013,889	1850	13799,86	11764,71	1880	32386,83	25772,17
1821	6452	5125	1851	13024,29	11882,35	1881	32472,44	24632,44
1822	5900	4833,333	1852	15000,24	12042,78	1882	30247,09	27088,29
1823	6192,593	5000	1853	17087,34	14364,6	1883	26948,41	26076,39
1824	6635,017	5857,143	1854	17977,78	19520,15	1884	26199,4	26875
1825	8561,513	6285,714	1855	20655,56	21891,7	1885	20994,38	23375
1826	9712,204	6785,714	1856	27877,78	25728,31	1886	34025,25	22500
1827	10066,53	6000	1857	33099,13	23372,75	1887	35246,03	22500
1828	9873,365	6338,235	1858	32363,97	22613,33			
1829	9822,722	6676,471	1859	30698,31	17866,67			

Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tabela 2.A – Médias Móveis Trienais de Preços de Cavalos , em réis, em Porto Alegre e em Sabará entre 1800 e 1887.

Anos	Porto Alegre	Sabará	Anos	Porto Alegre	Sabará	Anos	Porto Alegre	Sabará
1800	2273,077		1831	6400	17530,3	1862	8927,083	32650
1801	2636,538		1832	6400	18946,97	1863	7927,083	46787,88
1802	3000		1833		27280,3	1864	9166,667	38976,19
1803	2500	12600	1834	8000	32250	1865	10666,67	35798,81
1804	1800	15500	1835	6812,5	37133,33	1866	12456,14	21932,69
1805	1800	12555,56	1836	7875	31066,67	1867	9456,14	22753,21
1806	1600	12533,33	1837	7812,5	26400	1868	11456,14	27978,84
1807		6666,667	1838	10000	21377,78	1869	9000	30734,27
1808		12000	1839		19069,44	1870	11000	38285,13
1809	3894,085	12000	1840		22902,78	1871	12000	34185,5
1810	3894,085	12000	1841	5000	22680,56	1872	17000	34059,69
1811	3447,042	30000	1842	5000	26322,22	1873	14666,67	34600,58
1812	3000	26000	1843	5000	25155,56	1874	13583,33	36867,41
1813	2780	22666,67	1844	10000	26623,81	1875	14916,67	36171,73
1814	2560	19000	1845	12000	23457,14	1876	17375	33481,66
1815	2631,111	14250	1846	12515,15	30457,14	1877	18264,71	33090,81
1816	3111,111	12500	1847	11181,82	33909,52	1878	15264,71	31548,6
1817	3386,667	10325	1848	9772,727	40714,29	1879	15264,71	29787,95
1818	2226,667	9075	1849	7000	7000	1880	13888,89	28939,64
1819	1705,333	9383,333	1850	7666,667	14934,38	1881	13777,78	30050,51
1820	1803,556	16900	1851	7666,667	18019,64	1882	13388,89	29358,91
1821	2337,382	16900	1852	8666,667	18182,41	1883	13000	29237,5
1822	2684,938	17633,33	1853	10000	17380,81	1884	13000	36040
1823	2462,716	10400	1854	10000	19865,08	1885	16571,43	34980,95
1824	3432,645	10233,33	1855	10000	20166,67	1886	16571,43	33467,1
1825	3148,968	10766,67	1856	11928,57	35666,67	1887		27876,87
1826	4964,602	12633,33	1857	9952,381	27833,33			
1827	4000	14633,33	1858	9285,714	36292,93			
1828	3733,333	16366,67	1859	6333,333	30914,35			
1829	3733,333	17666,67	1860	8000	31553,7			
1830	4933,333	18833,33	1861	8760,417	28243,06			

Fontes: Inventários *post-mortem* de Sabará e de Porto Alegre guardados, respectivamente, no Museu do Ouro, em Sabará, e no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

Tabela 3.A – Número médio de Cabeças de Gado Equino em Porto Alegre e Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Inventariado.

Grupos de proprietários	Inventariados	Porto Alegre			Invent.	Sabará		
		Soma	Média	Variância		Soma	Média	Var.
Mais de 10 escravos	20	2792	139,6	98107,73	49	375	7,65	157,77
6 a 10 escravos	29	1256	43,31	25347,51	61	104	1,70	9,38
1 a 5 escravos	82	264	3,22	69,78	144	327	2,27	45,33
Sem escravos	38	7	0,18	0,48	50	45	0,9	8,42

Para verificar se as médias das quantidades de cabeças de gado equino por classe de inventariado, em cada comarca separadamente, são diferentes, fizemos uso de um teste não-paramétrico: de Kruskal-Willis. No caso de Porto Alegre: H-corrigido⁸ = 27,61; Para Sabará: H – corrigido = 17,28. As diferenças entre as médias não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

Tabela 4.A – Número médio de Cabeças de Gado Equino em Porto Alegre e Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Inventariado.

Grupos de proprietários Inventariados	Porto Alegre			Sabará				
	Soma	Média	Variância	Invent.	Soma	Média	Var.	
Mais de 10 escravos	17	719	42,29	3537,84	41	163	3,97	40,37
6 a 10 escravos	26	429	16,5	673,62	27	67	2,48	16,57
1 a 5 escravos	65	249	3,83	51,14	146	211	1,45	10,68
Sem escravos	68	73	1,07	15,05	117	202	1,73	42,94

Tabela 5.A – Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Equino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	218,8835	3	72,96117	2,782301	0,041031	2,632227
Dentro dos grupos	8575,026	327	26,22332			
Total	8793,909	330				

O H-corrigido para número médio de cabeças de gado equino em Porto Alegre entre 1851 e 1887 é 31,57. As diferenças não são casuais, decorrendo de diferenças entre as estruturas produtivas.

⁸ Para as amostras cuja diferença entre a maior e a menor variância fosse superior a 10, não se aconselha o uso de análises de variância. Optamos, então, pela realização de testes de Kruskal-Wallis (KW). Como, na análise da variação do número médio de cabeças de gado, bem como do valor médio dos rebanhos, em função das faixas de proprietários de escravos que escolhemos analisar (sem escravos, 1 a 5 cativos, 6 a 10 e com mais de 10 escravizados), há sempre o mesmo número de amostras (4), podemos aqui adiantar o valor crítico da distribuição χ^2 com três graus de liberdade e nível de significância a 0,05: 7,81. Para níveis de significância de 0,025, 0,01 e 0,005, temos, respectivamente, os valores 9,35, 11,34 e 12,84. As estatísticas que obtivemos são representados por H-corrigido. A correção se faz necessária neste tipo de teste em razão do elevado número de repetições nas amostras.

Tabela 6.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1800 e 1850, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários Inventariados	Porto Alegre			Sabará			
	Invent.	Soma	Média	Invent.	Soma	Média	Var.
Mais de 10 escravos	20	15035	751,75	49	1924	39,26	4022,53
6 a 10 escravos	29	1428	49,24	61	318	5,21	56,20
1 a 5 escravos	82	13132	160,15	144	716	4,97	112,61
Sem escravos	38	450	11,84	51	75	1,47	12,73

A estatística H – corrigida de um teste KW para o caso de Sabará entre 1800 e 1850 foi 67,78, o que confirma a diferença entre as médias; Para Porto Alegre, H corrigido = 34,95. Entendemos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 7.A – Número médio de Cabeças de Gado Bovino em Porto Alegre e em Sabará, entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade Inventariada.

Grupos de proprietários Inventariados	Porto Alegre			Sabará			
	Invent.	Soma	Média	Invent.	Soma	Média	Var.
Mais de 10 escravos	17	5527	325,12	42	958	22,81	683,67
6 a 10 escravos	26	2118	81,46	27	425	15,74	1243,28
1 a 5 escravos	65	2381	36,63	146	669	4,58	121,96
Sem escravos	68	372	5,47	117	564	4,82	118,65

Para Porto Alegre, H corrigido = 151,87. Entendemos que as diferenças entre as médias não são casuais.

Tabela 8.A - Análise de Variância para Número de Cabeças de Gado Bovino em Sabará entre 1851 e 1887, Segundo o Número de Escravos por Propriedade.

Fonte da variação	SQ	gl	MQ	F	valor-P	F crítico
Entre grupos	13712,77	3	4570,925	16,33142	6,47E-10	2,632142
Dentro dos grupos	91802,41	328	279,8854			
Total	105515,2	331				

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, L. F. de: *Le Commerce des Vivants: traite d'esclaves et "Pax Lusitana"*

dans L'Atlantique Sud. Tese(doutoramento) – Universidade de Paris X, Paris, 1986.

ANTONIL, A. J.: *Cultura e Opulência do Brasil* – texto da edição de 1711, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

ARRUDA, José J. de A. *O Brasil no Comércio Colonial (1796-1808)* – contribuição ao Estudo Quantitativo da economia colonial, Tese (doutoramento) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

BERGAD, L. W.: *Slave and the demography and economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720-1888*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999.

CARDOSO, F. H.: *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional – o negro na sociedade*

escravocrata do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ELIAS, N.: *O Processo Civilizador*, Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

FRAGOSO, J. L.: *Homens de Grossa Aventura – acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro 1790-1830*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso: *Formação econômica do Brasil*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1962.

HECKSCHER, E.: *La Época Mercantilista – Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la Sociedad Liberal*, Ciudad de Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1983.

LENHARO, Alcir *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil 1808-1842*, Símbolo, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite: *História do Abastecimento; uma problemática em ques-*

tão, Brasília, Binagri, 1979.

MARTINS, Roberto Borges: *Growing in Silence: The Slavery Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais*, Nashville, (Tese de Doutorado) Vanderbilt University, 1980.

- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)* 6a ed., coleção Estudos Históricos, São Paulo: Hucitec, 1995 (ed. original:1979).
- NOGUERÓL, L.P.F.: Mercado Regional de Escravos: padrões de preços em Porto Alegre e em Sabará, no século XIX – elementos de nossa formação econômica e Social, *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, Número Especial, 2002 - páginas 539 a 564.
- NOGUERÓL, L.P.F.: *Sabará e Porto Alegre na Formação do Mercado Nacional no Século XIX*, Campinas, Tese de Doutorado Defendida no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2003.
- PICCOLO, H. I. L. (org): *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1998.
- PRADO Jr, Caio *Formação do Brasil contemporâneo* 22a. ed.; São Paulo: Brasiliense - Publifolha, 2000 (ed. original: 1942).
- SERENI, E.: *Capitalismo y Mercado Nacional*, Barcelona, Crítica, 1980.
- SLENES, R.W.: Os Múltiplos de Porcos e Diamantes : A economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX, *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v.18, n.3, p 449-495,set/dez.1988.
- TARGA, L. R. P.: “A Originalidade do Rio Grande do Sul no Século XIX”, Anais do Primeiro Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre, 2002.